



A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS SOB O VIÉS DA HISTÓRIA E DE REPTOS CONTEMPORÂNEOS

Cristiana Barcelos da Silva¹

Clarissa Menezes de Souza Poubel²

RESUMO: O presente trabalho teve como objetivo suscitar discussões em torno da trajetória das iniciativas e políticas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. Como foco de análise utilizou alguns estudos históricos que evidenciaram políticas e ações relativas à EJA no país. Pretendeu traçar um percurso temporal, observando os marcos legais, o conteúdo de iniciativas de ação e algumas estatísticas pós anos 2000. A partir da leitura de autores basilares como Beisiegel (1982), Ventura (2001) e Di Pierro (2005) esperou estabelecer relações e compreender como e quando foram desenvolvidas as principais propostas de educação sistematizadas para o público jovem e adulto, assim como suas características e o contexto em que foram implementadas. Partindo de perspectiva crítica, foi possível concluir que discutir escolarização para o público da EJA, significa perceber olhares, sentidos, forças e conflitos. Plausível apontar também, para a veemente necessidade atual de ações que impulsionem a elevação da escolaridade e, portanto, de políticas públicas estáveis e duradouras para uma EJA de qualidade.

Palavras-chave: Políticas educacionais; Educação de jovens e adultos; Educação básica.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo principal, estimular o debate e a discussão em torno da EJA. Busca demonstrar como as políticas e ações próprias dessa modalidade de ensino foram sendo construídas, traçando um breve panorama histórico dessa construção, compreendendo e analisando alguns dados estatísticos atuais como resultado delas.

Para a elaboração do trabalho, utilizaremos predominantemente a metodologia qualitativa de natureza bibliográfica, discutindo dados históricos e estabelecendo relações dialógicas entre o passado e o presente.

¹ Mestranda no Programa de Mestrado em Cognição e Linguagem, Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), Laboratório de Estudos de Educação e Linguagem, Campos dos Goytacazes (RJ), cristianabarcelos@yahoo.com.br

² Mestre em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Pedagoga e professora da Educação Básica na Rede Municipal de Ensino de Campos dos Goytacazes. Bolsista do grupo de pesquisa "Diagnóstico da qualidade de Ensino no PROEJA: um estudo na Região Norte e Noroeste Fluminense com foco nos aspectos formativos e metodológicos". E-mail: clarissapoubel@gmail.com

Itinerário histórico das políticas de EJA no Brasil

No período colonial a ausência de políticas públicas resultou em ações elaboradas pelos jesuítas, voltadas para a alfabetização de cunho catequista. A referência à população adulta era mais de ordem religiosa que educativa. Com a expulsão da Companhia de Jesus no século XVIII, o sistema de ensino foi desorganizado e novas iniciativas ressurgiram no período imperial (BEISIEGEL,1982).

No Império, a vinda da família real propiciou a consolidação de um sistema público de educação elementar, quando a Constituição Federal de 1824 previa a oferta de curso primário gratuito para os não-escravos. O índice de analfabetismo era tão grande que, ações filantrópicas se ocuparam em oferecer por meio da educação, uma espécie de regeneração da disciplina aos pobres brancos e negros libertos (ARROYO, 2007).

Com a proclamação da República em 1889 e a promulgação da Constituição de 1891, inaugurou-se uma concepção federalista em que a responsabilidade pública pelo ensino foi descentralizada nas províncias e municípios. Cabia à União, o papel de articular as atividades ligadas à educação.

Em 1930, foi criado o Ministério da Educação, quando o seu primeiro ministro Francisco Campos, criou o Conselho Nacional de Educação, período em que instituiu o ensino comercial e reformou o secundário. Desse modo, foram que as primeiras iniciativas sistemáticas em relação à EJA surgiram a partir da década de 1930, ocasião em que a Constituição de 1934 estabeleceu a criação de um Plano Nacional de Educação, que indicou pela primeira vez no país a educação de adultos como dever do Estado. A oferta de ensino público primário gratuito e obrigatório tornou-se direito de todo o cidadão, extensivo aos jovens e adultos (VENTURA, 2001).

As décadas posteriores aos anos de 1940 foram de efervescência no que concernem as políticas públicas. O final da II Guerra Mundial, levou para o mundo a vitória dos ideais democráticos, suscitando no Brasil, as discussões em torno da EJA, como: a regulamentação do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP) que previa o repasse de 25% de recursos da União aos Estados para serem aplicados na educação supletiva dos adultos, a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) que dedicou-se a fomentar e publicar obras ligadas ao Ensino Supletivo e o lançamento de campanhas de educação que visavam alfabetizar e aprofundar o trabalho educativo. Essas ações marcaram uma nova etapa na

educação de adultos, pois pensar em progresso social e econômico era pensar em uma política de educação de base (BEISIEGEL, 1982).

Em 1958, ocorreu o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, com destaque na filosofia do educador Paulo Freire, que defendia ideias progressivas de uma educação igualitária e com intensa mobilização popular. O educador apresentou na ocasião, uma proposta de educação para a liberdade, pautado em uma perspectiva educacional com conseqüências políticas, sociais e econômicas. A partir da década de 60, movimentos populares se organizaram no Norte e Nordeste do Brasil, em prol da alfabetização de jovens e adultos. Em Recife, nasceu, o Movimento de Cultura Popular, os Centros de Cultura Popular da União Nacional dos Estudantes e o Movimento de Educação de Base. Em Natal a Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” e a Campanha de Educação Popular da Paraíba.

Em março de 1964, as forças de direita instauraram o golpe militar, com a intenção de desmobilizar as iniciativas populares. Freire foi exilado e as ações e iniciativas ligadas à EJA foram extintas. Mas, devido aos altos índices de analfabetismo ainda em alta no país, o governo no ano seguinte ao golpe, lançou a Cruzada ABC, com a pretensão desubordinada ao capital internacional, desenvolver programas de alfabetização e formação continuada de jovens e adultos (VENTURA, 2001).

Em 1967 foi criado o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), cujo objetivo era erradicar o analfabetismo, que até os anos 80 atingia o território nacional. Ele tinha objetivos bem definidos e de cunho político e ideológico, no sentido de inculcar nos operários valores capitalistas. Quase duas décadas após sua criação, em 1985 foi substituído pela Fundação Educar que tinha como meta, assessorar municípios e instituições que ofereciam o ensino supletivo. Na ocasião, a Lei de Diretrizes e Bases 5692/71 regulamentava o ensino supletivo, diferenciando-o do ensino regular e do ensino secundário, separando um capítulo próprio composto de cinco artigos e apontando as seguintes funções: suplência, suprimento e aprendizagem e qualificação. A fim de organizar o Ensino Supletivo em 1974, o MEC alvitrou e as Secretarias Estaduais de Educação implantam os Centros de Estudos Supletivos (*ibid*).

Com a ditadura instalada, somaram-se 9 anos sem investimento na EJA, nas palavras de Pereira (2007), o objetivo da ausência de políticas “era fazer uma intervenção na educação que apagasse a prática dos anos anteriores ao golpe e disseminasse a ideia de neutralidade política na educação” (PEREIRA, 2007, p. 58).

Os que sonhavam com uma sociedade mais justa, se organizaram em sindicatos e associações e trouxeram em pauta a necessidade de democratização do país. Segundo Saviani (1995), do ponto de vista organizacional, a década de 80 foi umas das mais fecundas em termos de educação. Exigiram-se direitos, inclusão e alargamento da cidadania (SAVIANI, 1995).

Nos anos 90, o desafio da EJA passou a ser um estabelecimento de uma política pública ampla e duradoura. Em nível internacional percebeu-se nos discursos oficiais, um crescente reconhecimento da importância da EJA expresso, nas várias conferências organizadas pela UNESCO (DI PIERRO 2005).

Em 1990 o presidente Fernando Collor assumiu uma política neoliberal de estímulo ao setor privado, desobrigando o Estado de suas responsabilidades sociais. Não houve investimento na EJA, mas vários grupos de alfabetizadores, sobretudo o mesmo Freire (na ocasião secretário da educação do município de São Paulo) que discutiram e implementaram ações para a EJA (PEREIRA, 2007).

A Fundação Educar (criada para substituir o MOBREAL) foi extinta. O país ficou sem proposta política clara para a EJA. Ficando a política federal para jovens e adultos, a cargo da Coordenação de Educação de Jovens e Adultos (Coeja), órgão subordinado a Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação (PERREIRA, 2007).

No governo do presidente Fernando Henrique Cardoso em 2008, alguns programas foram criados - não pelo Ministério da Educação - dentre eles, podemos citar o Plano de qualificação profissional (Planfor) elaborado pela Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional do Ministério do Trabalho em 1995 e financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT. Vigorou até 2003 (BRASIL, 2001).

Outro programa no mesmo governo foi o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), desenvolvido pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) fruto de lutas dos movimentos sociais e sindicais do campo. A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de Educação Básica e superior às populações do campo, desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2010).

O Programa Alfabetização Solidária (PAS) também data do governo FHC. O PAS surgiu em janeiro de 1997 como uma proposta inicial de atuar na alfabetização de jovens e adultos nas regiões Norte e Nordeste do país. Abrangeu as regiões Centro-Oeste e Sudeste, e outros países

da África de língua portuguesa (FEREIRA, 2007).

Se tratando das legislações nacionais, a nova Constituição Federal (C.F) de 1988, trouxe algumas conquistas, dentre elas o direito de voto para todos (inclusive os analfabetos) e anunciou também a EJA, via Emenda Constitucional nº 59/2009 ao apresentar a Educação Básica como obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos, “assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria” (art. 208, inciso I), evidenciando a responsabilidade do Estado para com os jovens e adultos cujo acesso ao Ensino Fundamental e Médio, não foi possibilitado na idade regular. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (Brasil,1996).

A nova LDB na seção V foi composta de dois artigos (art. 37 e 38). Neles o governo diminui a idade mínima para exames supletivos de 18 para 14 anos e tomou outras medidas com a intenção de aumentar o número de concluintes do Ensino Fundamental (PEREIRA, 2007).

A EJA NO SÉCULO XXI: DISCUSSÕES SOBRE A ELEVAÇÃO DA ESCOLARIDADE E A NECESSIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O período histórico de transição do milênio, ou seja, o interregno entre os anos já vividos e o que ainda estavam por vim na virada do século, foram marcados pelo crescimento das aspirações de inclusão de jovens e adultos em programas educacionais. No caso brasileiro, vários foram os fatores que apontaram para uma demanda em potencial acumulada ao longo de uma história de negação de direitos. A esse respeito, Oliveira (2008) afirmou o seguinte: "Garantir o direito à escolarização de jovens e adultos - EJA, sujeitos que há muito estão fora do sistema escolar, é uma demanda histórica no Brasil (p.8).

No início dos anos 2000, vários movimentos dentro e fora do Brasil ocorrerão em defesa da democracia e dos direitos sociais, bem como acordos internacionais que buscavam contribuir para que a EJA fosse considerada uma modalidade específica da educação. Quanto a esse movimento, vários fatores contribuíram para a sua existência, sobretudo, os dados alarmantes que apontavam para um número expressivo no percentual de analfabetos adultos no país, conforme tabela 3.18:

Tabela 3.18 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões e algumas características selecionadas - 2004/2013

Grandes Regiões e algumas características selecionadas	Taxa de analfabetismo das pessoas 15 anos ou mais de idade	
	2004	2013
Brasil	11,5	8,5
Norte	13,0	9,5
Nordeste	22,4	16,9
Sudeste	6,6	4,8
Sul	6,3	4,6
Centro-Oeste	9,2	6,5
Situação do domicílio		
Urbana	8,7	6,4
Rural	25,8	20,8
Sexo		
Homem	11,7	8,8
Mulher	11,3	8,2
Cor ou raça (1)		
Branca	7,2	5,2
Preta ou parda	16,3	11,5
Grupos de idade		
15 a 19	2,4	1,0
20 a 24	4,0	1,6
25 a 34	6,6	3,2
35 a 44	9,6	6,3
45 a 54	14,0	9,3
55 a 64	23,5	14,8
65 ou mais	34,4	27,7
Quintos de rendimento mensal familiar per capita		
1º quinto	21,4	13,9
2º quinto	16,9	11,8
3º quinto	15,5	12,9
4º quinto	7,4	5,9
5º quinto	2,1	2,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
2004/2013.

(1) Exclui as pessoas de cor ou raça amarela e indígena.

A partir dos dados apresentados na tabela 3.18 elaborada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), compreendemos que a problemática da não escolarização, ou da não alfabetização no país, ainda parece ser um assunto que precisa ainda muito ser discutido, pois em 9 anos, o índice de pessoas com mais de 15 anos que necessitam ser escolarizadas diminuiu em apenas 3%.

Importa apontar nesse momento, o retrato da dívida histórica que ainda temos com a população jovem e adulta, expresso nas informações referentes à categoria "grupos de idade". Nela pudemos observar que, quando maior a idade, maior o percentual de analfabetos no Brasil. A questão da dívida se confirmou, quando analisamos a taxa de analfabetismo dos indivíduos com idade acima de 45 anos. Se comparado os dados desse grupo nos dois períodos (2004-2013), constatamos que houve uma modesta diminuição em 20,1% do percentual de analfabetos.

Relatórios de monitoramento da UNESCO asseguraram que o Brasil estaria a nível mundial, entre os 53 países que não apresentam perspectivas de atingir as metas da política global de *Educação para todos* (EPT) traçadas desde 1990 e projetadas para serem alcançadas até o ano 2015. As metas previam, dentre outras, uma educação de qualidade para todos e uma melhoria na oferta e qualidade da alfabetização de adultos em pelo menos 50%, respondendo às necessidades educativas de todos os jovens e adultos (SANTOS, 2012).

Assim, a conjuntura desse movimento mundial e os dados reais e numéricos referentes à EJA no Brasil, acabaram por estimular o planejamento e elaboração de vários projetos e programas nas primeiras décadas do ano 2000. Do ponto de vista teórico, parece inegável afirmar que as políticas públicas de EJA começam a ganhar um escopo teórico, um espaço na agenda política nacional e um significativo aumento na oferta de vagas na Educação Básica, sem contar, com as ofertas de vagas em cursos de formação profissional, destinadas à classe trabalhadora (DE OLIVEIRA, 2008).

Em 2003, por exemplo, o Governo Federal lançou o Programa Brasil Alfabetizado, coordenado pelo MEC, com o objetivo de promover a superação das taxas de analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos, contribuindo para a universalização do ensino fundamental no país (RUMMERT; VENTURA, 2007).

Dois anos depois, a Lei nº 11.129/05 instituiu o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), com o objetivo, de executar ações integradas que promovessem a elevação do nível de escolaridade dos jovens e adultos brasileiros. Também em 2005, a Lei nº 11.180 de 23 de setembro, instituiu o Projeto Escola de Fábrica, com a finalidade de promover a formação profissional inicial e continuada para jovens com idade entre 16 e 24 anos (BRASIL, 2005).

Uma importante legislação em âmbito federal, promulgada em no mesmo ano, foi a Portaria nº 2.080, de 13 de junho de 2005, que estabeleceu a oferta de cursos de educação profissional de forma integrada aos cursos de Ensino Médio, na modalidade de EJA. A

portaria deu origem em seguida, ao Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005 que marcou o nascimento do Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Sobre sua origem e reelaboração legal afirmou-se:

Os cursos, pelo Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005, passaram a constituir o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), que (antes mesmo de serem implantados), foi expandido para a Educação Básica e para além das redes federais, incluindo assim, os sistemas estaduais e municipais de Educação Profissional, conforme Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006 (DA SILVA, 2013, p.75-76).

O PROEJA, ligado a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) surgiu no sistema educacional federal via decreto, obrigando as instituições da rede de educação técnica e tecnológica a destinar, a partir de 2006, o oferecerem um percentual específico (10%) de vagas para Ensino Médio integrado à Educação Profissional destinado a jovens acima de 18 anos e adultos que tiveram cursado apenas o Ensino Fundamental. Um dos objetivos do programa sugeriu a ampliação dos espaços públicos da educação profissional para os adultos (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005).

Registro, ainda, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)³, criado pelo Governo Federal, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica.

Programas e iniciativas foram pensadas e implementadas, assim como demais iniciativas se revelaram no decorrer do caminho. Mas, continuamos considerando, do ponto de vista social, as discussões e elaborações de ações complementares e efetivas em prol da EJA, dado o pouco tempo de escolaridade de indivíduos entre 18 e 24 anos no país, especialmente os mais carentes, conforme informações atualizadas do IBGE (2013):

³ Informações sobre o PRONATEC, consultar o site oficial do Governo Federal no seguinte endereço eletrônico: <<http://pronatec.mec.gov.br/>>.

Tabela 3.12 - Proporção de pessoas de 18 a 24 anos de idade, com menos de 11 anos de estudo e que não frequentavam escola, por quintos de rendimento mensal familiar *per capita* nacional, segundo as Grandes Regiões – 2013

Grandes Regiões	Proporção de pessoas de 18 a 24 anos de idade, com menos de 11 anos de estudo e que não frequentavam escola (%)					
	Total (1)	Quintos de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> nacional				
		1º quinto	2º quinto	3º quinto	4º quinto	5º quinto
Brasil	30,8	50,8	41,1	30,9	22,1	9,4
Norte	34,4	48,0	38,0	30,1	21,4	10,2
Nordeste	35,7	50,2	39,1	27,4	19,3	7,9
Sudeste	26,2	50,3	40,6	29,6	19,9	8,3
Sul	32,0	64,0	52,1	40,6	28,2	11,2
Centro-Oeste	30,3	53,3	45,6	34,2	25,8	11,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.(1) Inclusive pessoas sem declaração de rendimento familiar *per capita*.

Impossível não considerar, as estatísticas atuais que nos chamam a atenção para o percentual de brasileiros que não concluíram o Ensino Médio (ou seja, tempo inferior a 11 anos de estudos). Os percentuais descritos na tabela 3.12 nos fazem refletir sobre a relação entre a proporção média total do país em relação às demais regiões. Ficou evidente, que com exceção da Região Sudeste e Centro-Oeste, as demais regiões ultrapassam a média do Brasil.

As informações contidas na tabela, também demonstram uma relação direta entre a questão econômica e a educacional, uma vez que assinala que quanto menos renda, maior o número de adultos fora dos bancos escolares.

Se considerarmos a estimativa do IBGE, quanto à projeção da população para 2013 de 201.032.714, (BRASIL, 2014) perceberemos que cerca de 60.309.814 cidadãos brasileiros não usufruíram o direito à Educação Básica.

Como discutidos anteriormente, ainda mais impactantes, são os números se levarmos em conta a população brasileira com idade cima de 25 anos, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 3.13 - Pessoas de 25 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas – 2013

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Pessoas de 25 anos ou mais de idade								
	Total (1 000 pessoas) (1)	Distribuição percentual, por grupos de anos de estudo (%)							
		Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 anos	9 e 10 anos	11 anos	12 a 14 anos	15 anos ou mais
Brasil	123 275	12,2	9,3	21,9	10,1	3,9	24,5	5,7	12,2
Norte	8 984	15,3	11,7	21,3	9,1	4,4	24,4	4,8	8,6
Rondônia	988	15,1	11,6	26,0	10,6	4,4	19,8	3,5	8,6
Acre	377	24,7	8,6	16,9	7,9	3,4	21,3	5,0	10,7
Amazonas	1 897	16,0	6,4	16,6	10,1	3,4	28,7	8,1	10,4
Roraima	260	15,6	6,7	18,1	7,4	5,0	29,6	7,2	10,3
Pará	4 279	14,0	14,9	23,4	8,9	5,1	23,2	3,5	6,7
Região Metropolitana de Belém	1 294	5,9	7,1	19,0	10,8	6,8	34,4	4,9	10,8
Amapá	366	14,3	7,7	15,2	8,7	4,1	30,7	6,9	12,4
Tocantins	816	16,2	12,4	21,6	7,3	4,0	22,9	3,7	11,8
Nordeste	32 367	20,8	12,7	20,4	8,0	4,0	21,8	4,0	8,0
Maranhão	3 536	26,1	14,0	18,6	7,8	4,0	19,4	3,1	6,8
Piauí	1 816	23,8	16,5	20,6	7,2	4,0	16,4	3,3	8,0
Ceará	5 094	20,9	11,4	19,6	9,8	3,9	22,5	4,1	7,4
Região Metropolitana de									
Fortaleza	2 592	11,8	8,5	19,3	11,2	4,8	28,5	5,4	10,1
Rio Grande do Norte	2 028	19,8	11,9	19,3	7,7	5,0	22,9	3,8	9,2
Paraíba	2 323	21,7	14,3	21,1	7,1	3,8	17,7	4,3	10,1
Pernambuco	5 535	17,3	11,3	21,6	8,4	3,3	24,3	4,4	9,1
Região Metropolitana de Recife	2 699	11,4	6,9	19,1	9,5	4,1	31,7	5,1	11,6
Alagoas	1 811	24,5	15,4	20,6	8,1	4,4	16,4	3,3	6,9
Sergipe	1 282	18,4	14,0	21,4	8,7	3,8	20,5	4,1	8,6
Bahia	8 941	19,7	11,9	20,7	7,1	4,2	24,1	4,4	7,6
Região Metropolitana de									
Salvador	2 663	6,4	6,2	18,0	8,2	5,4	34,7	7,2	13,7
Sudeste	54 259	8,2	7,2	21,9	11,1	3,6	26,9	6,4	14,5
Minas Gerais	12 919	10,5	10,9	27,5	9,3	3,6	22,2	4,3	11,6
Região Metropolitana de Belo									
Horizonte	3 735	7,5	6,8	22,5	10,7	4,0	26,9	5,3	16,2
Espírito Santo	2 396	10,3	9,1	24,5	10,0	4,3	26,4	4,1	11,3
Rio de Janeiro	10 780	7,2	6,3	20,1	11,6	4,2	27,3	7,3	15,8
Região Metropolitana do Rio de									
Janeiro	8 055	6,5	5,1	18,5	11,7	4,3	28,1	8,1	17,6
São Paulo	28 163	7,4	5,8	19,9	11,8	3,4	28,9	7,3	15,6
Região Metropolitana de São									
Paulo	16 378	7,0	4,5	18,1	11,5	3,2	29,4	8,2	18,0
Sul	18 528	7,8	8,3	24,9	11,7	3,8	22,8	6,6	13,6
Paraná	6 945	9,5	8,4	20,3	11,6	3,9	24,3	6,9	14,4
Região Metropolitana de									
Curitiba	3 085	7,8	6,5	17,0	12,3	3,5	26,1	8,1	18,4
Santa Catarina	4 271	6,7	7,9	25,3	12,6	3,3	22,8	7,5	13,5
Rio Grande do Sul	7 311	6,9	8,5	29,1	11,3	4,0	21,4	5,8	12,9
Região Metropolitana de Porto									
Alegre	3 818	6,8	6,2	23,0	12,6	3,7	24,6	7,0	16,1
Centro-Oeste	9 139	11,2	8,9	21,1	9,5	4,4	23,7	6,3	14,6
Mato Grosso do Sul	1 567	11,8	11,3	23,1	8,5	4,9	21,1	6,3	12,8
Mato Grosso	1 902	13,5	9,1	21,4	11,1	4,1	23,2	4,7	12,7

Goiás	3 950	11,9	9,5	22,8	9,9	4,8	23,6	6,0	11,3
Distrito Federal	1 719	6,7	5,3	14,8	7,8	3,6	27,1	8,9	25,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Inclusive pessoas com anos de estudo indeterminados.

Uma análise dos dados demonstráveis na tabela 3.13, nos permitiu verificar que mesmo após esforços na elaboração de ações e propostas para o país, regiões como Norte e nomeadamente a Nordeste, necessitam ainda de atuações urgentes para os indivíduos sem instrução, uma vez que ultrapassam em muito a média desse grupo no Brasil (no caso do Nordeste, excede em quase o dobro da média). Oportuno ressaltar essa necessidade, mesmo identificando historicamente as iniciativas nacionais e internacionais na década de 60 nessa região.

Outra constatação referente aos números da tabela anterior, diz respeito aos 65952125 sujeitos com menos de 9 anos de estudos, perfazendo um total de 53,3 % de todos os indivíduos brasileiros com idade superior ou igual a 25 anos.

Assim, falar de políticas públicas para EJA significa olhar criticamente com atenção às necessidades sócio-educacionais desse país como um todo, que expressa via dados estatísticos, a dívida histórica e necessidade de oferta de uma educação de qualidade para jovens e adultos brasileiros.

ANÁLISE DO TRAJETO PERCORRIDO

Esse trabalho buscou de maneira breve, repensar as ações, propostas e políticas de EJA ao longo da história do Brasil. Constatamos que as primeiras iniciativas sistemáticas para EJA datam da década de 30.

Acreditamos que chegamos ao século XXI, não mais no início, porém também não no final da história, uma vez que esta não tem fim...

Do ponto de vista da educação, sobretudo da EJA, vivemos tempos difíceis, de ausência de políticas públicas, de ações emergenciais, de propostas com foco em uma educação libertadora e de uma fase de repressão.

Vivemos nesse século, em um tempo em que nos cabe viver, um tempo de lutas, de conquistas, de escolhas e buscas de políticas inovadoras e contínuas que dêem conta das necessidades educativas de nosso tempo...

Momentos de desafios, dentre eles, de estimular e oferecer condições de existência aos que se lançam a cruzar o cerco histórico do analfabetismo, da não permanência e do retorno à escola.

Tempo de denúncia do que está posto, mas de anúncio do que deve e pode ser. De olhar as experiências passadas e tirar delas o que talvez tenham de pontos positivos. Tempos de reinvenção das instituições, dos instrumentos legais, da ideia de humanidade e, sobretudo, de se pensar, refletir e debater sobre as ações, propostas e políticas estáveis e duradouras para a EJA.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares? In: 67ª Plenária do Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos, FAE-UFG, 29 de junho de 2007.

BEISIEGEL, C. de R. **Política e Educação Popular**. São Paulo: Ática, 1982.

BRASIL. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeção da População por sexo e idade**. 2014. Disponível em: <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acesso em: 20 fev. 2015.

_____. IBGE - Instituto Brasileiro de geografia e Estatística. Proporção de pessoas de 18 a 24 anos de idade, com menos de 11 anos de estudos e que não frequentavam escola, por quinto de rendimento mensal familiar per capita nacional, segundo Grandes Regiões, 2013. Disponível em: <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm> Acesso em: 20 fev. 2015.

_____. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pessoas de 25 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de anos de estudo, segundo Grandes Regiões e as Unidades da Federação e as regiões metropolitanas, 2013. disponível em: http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm> Acesso em: 20 fev. 2015.

_____. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, segundo Grandes Regiões e algumas características selecionadas 2004-2013, 2013. disponível em: http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm> Acesso em: 20 fev. 2015.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1025597/decreto-7352-10>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

_____. Medida provisória n. 238, de 1º de fevereiro de 2005. Institui, no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), cria o Conselho Nacional de Juventude (CNJ) e cargos em comissão, e dá

outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 fev. 2005.

_____. Medida Provisória n. 251, de 14 de junho de 2005. Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos (PROUNI), institui o Programa de Educação Tutorial (PET), altera a Lei n. 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e dá outras providências. Brasília, DF, 2005a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/medida-provisoria.pdf>> Acesso em: 07 fev. 2015.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. **PLANFOR: Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador**. Brasília, 2001.

_____. LEI N 9394/96. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Setembro de 1996. Editora do Brasil.

_____. **Plano Decenal de Educação para Todos**. Brasília, DF:MEC, 1993.

DA SILVA, C. B. O PROEJA no Instituto Federal Fluminense campus Campos-Guarus: o olhar dos docentes (2006-2010). In: ARAÚJO, J. M. D; VALDEZ, G. R. B. (Orgs). **PROEJA: refletindo o cotidiano**, v. 1, p. 71-86, 2013.

DE OLIVEIRA, R. G. A especificidade da EJA, conceito, percepção e presença, na perspectiva dos professores do Proeja: um estudo de caso. **Revista Científica de Educação**, v. 11, n. 11, 2008.

DI PIERRO, M. C. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. **Educação e Sociedade**. v.26, n.92, p. 1115-1139, 2005.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, 2005.

PEREIRA, D. de F. F. Educação de jovens e adultos e educação popular: um olhar histórico sobre as políticas públicas ou ausência delas. **Revista Científica Eccos**, São Paulo, v. 9, p. 53-74, 2007.

RUMMERT, S. M.; VENTURA, J. P. Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re)construção da subalternidade-considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola. **Educar em Revista**, v. 29, 2007.

SANTOS, I. B. de A.; OLIVEIRA, M. do S.. Políticas públicas na educação de jovens e adultos: projetos de letramento, participação e mudança social. **EJA em debate**, v. 1, n. 1, p. 39, 2012.

SAVIANI, D. Os ganhos da década perdida. **Presença Pedagógica**, v. 6, p. 50-61, 1995.

VENTURA, J. P. **Educação de jovens e adultos trabalhadores no Brasil: revendo alguns marcos teóricos**. Adaptação do Capítulo II da Dissertação (Mestrado em Educação) - UFF,

2001(mimeo).